



Rosangela Barboza

Bens Culturais como instrumento de educação e identidade

Mariana

2019

Rosangela Barboza

## Bens Culturais como instrumento de educação e identidade

Trabalho apresentado a Universidade Federal de Juiz de Fora para conclusão de curso de pós graduação em História e cultura no Brasil contemporâneo, para obtenção de título de especialista, orientação do professor Dr. Rodrigo Christofolletti

Mariana

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Barboza, Rosangela.

Bens Culturais como instrumento de educação e identidade / Rosangela Barboza. -- 2019.  
23 p.

Orientador: Rodrigo Christofolletti

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. , 2019.

1. Ribeirão das Neves. 2. Patrimônio cultural. 3. Memória. 4. Educação em patrimônios. I. Christofolletti, Rodrigo, orient. II. Título.

## **Resumo**

Em comunidades com dificuldade de aceitação do lugar onde vivem, como acontece no município de Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte, faz-se necessário o desenvolvimento de ações em escolas com a perspectiva de promover a aceitação e consequentemente, que se crie possibilidades de mudanças de tal percepção. As atividades de educação em patrimônio podem constituir fator de suma importância para que se conheça a história local possibilitando que os moradores possam criar e reforçar os vínculos locais. Oferecer oportunidades de se perceber o lugar onde se vive com maior afetividade é também uma forma de construir a cidadania. A necessidade de conhecer o patrimônio local ainda promoverá fator de relevância no processo de conservação, preservação e reconhecimento de memórias sejam elas individuais e coletivas. Sendo papel da escola o desenvolvimento pleno do ser humano, cabe também a ela ações que promovam e aprimorem um olhar mais favorável no que se refere a territorialidade e conhecimento da história local.

Palavras-chave: Ribeirão das Neves. Patrimônio cultural. Memória. Educação em patrimônios.

## **Resumen**

En las comunidades con una aceptación limitada de donde vivan, como en Ribeirão das Neves, región metropolitana de Belo Horizonte, es necesario desarrollar acciones a las escuelas para que la visión del lugar que se desea modificar. La historia del municipio, su origen y asentamiento se refieren a un pasado que no es muy expresivo, un factor de rechazo, especialmente entre los más jóvenes. Las actividades de educación sobre el patrimonio pueden ser extremadamente importantes para conocer la historia local y, a partir de ahí, los residentes crean y fortalecen los vínculos. La necesidad de conocer el patrimonio local todavía promoverá un factor de relevancia en el proceso de conservación, preservación y reconocimiento de recuerdos, ya sean individuales o colectivos. Dado que el rol de la escuela es el pleno desarrollo del ser humano, también incluye acciones que promueven y mejoran una visión más favorable de la territorialidad y el conocimiento de la historia local.

Palabras clave: Ribeirão das Neves. Patrimonio cultural. Memoria. Herencia educativa

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	5
BENS CULTURAIS E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO LUGAR .....	7
AQUI NÃO TEMOS NADA .....	9
OS BENS CULTURAIS E A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS.....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	17
REFERÊNCIAS.....	21

## 1. INTRODUÇÃO

A partir do comportamento observado entre os adolescentes que freqüentam o ensino médio em uma escola localizada na região periférica de Belo horizonte, foi possível compreender que há uma lacuna a ser preenchida em relação ao conhecimento do que seja patrimônio cultural no município de Ribeirão das Neves. O sentimento em relação ao local onde se vive em muitos casos é de repulsa, de negação. Neste caso, tornam-se necessárias ações afirmativas de conhecimento e reconhecimento da história local para que se reverta tal sentimento. Na perspectiva de pensarem que “neste lugar não tem nada”, cabe a educação em patrimônio mostrar um novo olhar sobre o que é a história e o patrimônio do município. Em se tratando de um local de grande vulnerabilidade social e conseqüentemente moradores das mais distintas origens, atraídos devido ao valor dos imóveis e a necessidade de se tentar uma vida melhor, a população aos poucos foi atraída a partir da construção do primeiro presídio denominado de penitenciária agrícola de Ribeirão das Neves. Com o estigma de cidade das cadeias, moradores desconhecem as festas locais, as igrejas centenárias e a origem do povoado.

Ao trabalhar a educação em patrimônio primeiramente junto aos alunos, o que se pretende além de fortalecimento de laços afetivos com o lugar é, também, o reconhecimento, o conhecimento do patrimônio cultural local para, assim, desenvolver no cidadão a consciência de que é preciso preservar os bens que pertence a todos. Bens estes que despercebidos pela comunidade, tornam-se alvo de vandalismo e abandono pelo poder público.

Seguindo a legislação referente aos bens culturais e sua preservação, a ideia de promover junto aos alunos a busca dos monumentos, dos sabores e de sua cultura perpassa pelo papel social da escola, formadora de cidadãos conscientes e crítico. Atendendo ainda aos requisitos sugeridos pelas cartilhas do IPHAN e MEC, a proposta consiste trabalhar conceitos e buscar materiais conjuntamente com os alunos e estes, ao final das atividades propostas demonstram através de atividade interdisciplinar – história e português – a confecção do que aprenderam, do que descobriram. E descobrem que o município tem muito mais que a mídia informa e o preconceito arraigado por décadas permite enxergar.

A execução de tarefas que promovem o conhecimento dos alunos em relação ao local

em que vivem é uma forma de resgatar a memória, preservar a história e construir a cidadania.



## Bens Culturais como instrumento de educação e identidade

### **2. BENS CULTURAIS E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO LUGAR**

A perspectiva de elaborar o trabalho associando a educação de patrimônio com os alunos da Escola Estadual Maria Pereira de Araújo aos bens culturais existentes no Município de Ribeirão das Neves surgiu no momento de verificação da grade que compõe o curso de especialização História e Cultura no Brasil Contemporâneo. Faz-se necessário o reconhecimento dos bens culturais por parte dos adolescentes, pois eles podem se tornar importantes aliados na conservação e preservação dos mesmos. Outra perspectiva é a de promover o reconhecimento do patrimônio cultural e desenvolver junto a este grupo de adolescentes a cultura do pertencimento. Em locais que não se tem conhecimento da história local, a compreensão da história local pode ser elo de fortalecimento das ações de cidadania e empoderamento da comunidade. O diálogo que se estabelece entre educação patrimonial, história local e identidade constituem fatores importantes não apenas para um posicionamento consciente como para a tomada de decisões e apropriação de memórias individuais e coletivas componentes da história. O indivíduo sentindo-se cidadão e sujeito da história. (TELES e GONÇALVES, 2017, p. 59).

O desconhecimento de sua história ou até mesmo a cultura do preconceito desenvolvida em um grupo social promove sentimentos de negatividade e repulsa. No caso em questão o município de Ribeirão das Neves, onde a comunidade objeto de análise do presente estudo está inserida apresenta um histórico de difícil compreensão devido a origem da população estar marcada sobretudo pela ocupação urbana vinculada a construção da primeira penitenciária agrícola do estado de Minas Gerais. Conforme afirma Teles e Gonçalves (2017, p. 57) “Essa higienização social se apoia também em discursos que criminalizam a pobreza, estigmatizam os segmentos sociais com menor poder aquisitivo e reduzem as suas relações com os espaços a práticas ilícitas e de violência”. Dificilmente os grupos sociais, sobretudo os mais “carentes” desta comunidade desenvolverá laços de envolvimento local que os faça compreender o espaço onde vivem sem uma interferência educacional.

Devido ao desconhecimento da história local, percebe-se então uma negação não apenas da cultura e dos distintos espaços culturais como também dos aspectos relacionados à economia e política. Ações que aproximam e geram vínculos de pertencimento e fortalecimento de cidadania capazes de impactar de algum modo a vida da comunidade local precisam ser desenvolvidas.

Existem comunidades, por exemplo, na qual a autoestima local é extremamente baixa exatamente porque não se promovem o reconhecimento de valores culturais. Para um melhor entendimento do que seja patrimônio e dos vínculos destes com a sociedade local, os diferentes espaços educativos devem ser utilizados. E neste sentido, referindo-se aos textos da arquiteta Ana Beatriz Goulart de Faria, nos informa os Cadernos Pedagógicos do programa Mais Educação, uma política pública desenvolvida em parceria entre o IPHAN e o MEC:

Todo espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente [...]. Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe este caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação de seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra [...] o espaço não é educativo por natureza, mas ele pode tornar-se educativo a partir da apropriação que as pessoas fazem dele, ou seja, o espaço é potencialmente educativo. E o arranjo destes espaços não deve se limitar a especialistas (arquitetos, engenheiros...), mas sim, deve ser prática cotidiana de toda a comunidade escolar (FAR IA, 2010, p. 25). (EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, p. 35)

Diante da perspectiva de qualquer espaço se tornar educativo, o desafio que se impõe é de enfrentar os sentimentos de repulsa e buscar um conhecimento e reconhecimento, uma leitura e releitura da cidade, do bairro, dos distintos espaços que compõem a paisagem cotidiana e que passa despercebida ao olhar de quem não acredita ter história porque está acostumado com a compreensão da história como conhecimento sistematizado, formal, como uma matéria decorativa que nada teria a ver com o cotidiano, com o tempo presente, ao contrário, seria especificamente a história dos grandes temas. (TELES e GONÇALVES, 2017, p. 55).

E para uma compreensão da importância do patrimônio cultural associado ao cotidiano para compreensão da história local, Souza afirma que: “O patrimônio cultural e suas referências só existem porque as pessoas lhe atribuem valor, significado e significantes, histórias e memórias.” (SOUZA. 2017, p. 13). Reforçando então a necessidade de atribuir

significado e sentido aos bens culturais, de proporcionar à comunidade escolar algum grau de conhecimento do que realmente lhe pertence enquanto patrimônio cultural.

## **2. AQUI NÃO TEMOS NADA**

O desconhecimento da história local e seus frutos tais como os bens culturais produzidos no decorrer do tempo são fatores que potencializa o afastamento ou até mesmo a perda do sentimento de pertencimento entre os adolescentes.

A cidadania enquanto fator de pertencimento e construção da territorialidade. É preciso trabalhar com a comunidade o que de fato lhe pertence, quem não conhece a própria história, não tem do que se orgulhar e, busca outros lugares e outras histórias. A cidade objeto do presente trabalho seria segundo a observação de Sá em análise da definição de “não lugar” segundo Augé, espaços não identitários, não históricos e não relacionais. A simbologia presente no local parece referir-se ao tempo passado e futuro, sem que haja um elo com o presente. (SÁ, p 216). Uma percepção importante a ser observada é que o lugar é o espaço ocupado e, portanto construído socialmente, o homem tem necessidade de construir constantemente seus lugares.

A necessidade de se conhecer o patrimônio para preservá-lo e criar a sensação de pertencimento e aceitação da própria história, tornando-se sujeito que conhece, apropria e protege não apenas o patrimônio mas cria vínculos históricos. Quebrar o estigma que a sociedade carrega de que “este lugar não tem nada”. Todo lugar possui história já que ali encontram-se memórias sejam elas individuais ou coletivas. Pensar o espaço territorial ocupado de forma mais efetiva e dinâmica visando oportunizar distintos conhecimentos e histórias sobre o local. Faz-se necessário uma compreensão da história local para que se valorizem os bens que a comunidade não reconhece como seus. Se não há um patrimônio a patrimonializar, isto é, promover um reconhecimento que gera valor econômico ou exploração cultural de forma expressiva, toda comunidade possui algo que deve proteger e valorizar enquanto espaço de memória cultural. E a partir do conhecimento e reconhecimento cultural muito se pode alcançar para trabalhar o pertencimento e a cidadania junto aos jovens. É preciso entender cultura no sentido que as orientações propostas no guia básico elaborado pelo Museu Imperial em parceria com o EPROM, IPHAN e MINC propõe, vejamos:

A cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do presente, na solução dos pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam. Neste processo dinâmico de sociabilização em que se aprende a fazer parte de um grupo social, o indivíduo constrói a própria identidade. (Guia Básico da Educação Patrimonial)

O papel da escola junto aos alunos para que se promova o reconhecimento e o conhecimento dos diferentes bens culturais e a história da cidade. A educação patrimonial enquanto aliada para se vencer preconceitos e resistências de aceitação, promovendo a cidadania junto aos alunos da Escola Estadual Maria Pereira de Araújo, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte, município de Ribeirão das Neves, cujo histórico da ocupação populacional está vinculado a fundação da primeira penitenciária agrícola do estado de Minas Gerais, no final dos anos 30, tendo a partir deste momento o marco crucial para atração da população de diversos pontos do estado de Minas Gerais. Diante da fragilidade econômica e social, o município foi, durante longa data, tratado inclusive como cidade dormitório.

### 3. OS BENS CULTURAIS E A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS

O conhecimento da própria história e sua relação com o local, o entendimento das diferentes abordagens históricas propostas por Burke com o intuito de promover o entendimento da história cultural remete a necessidade de busca e aceitação da história local e da construção do sentimento de pertencimento. (BURKE, 2005, p.9-11).

A relação que os moradores do município de Ribeirão das Neves estabelece com seu território merece ser analisada de forma criteriosa, levando em conta os distintos aspectos geográficos, culturais, econômicos e históricos. A região que atualmente conta com uma população em torno dos 331 mil habitantes espalhados em uma área de 155 km<sup>2</sup> (IBGE, 2018), tem as primeiras referências ainda no século XVIII como “Matas do Bento Pires” pertencente na época ao município de Pedro Leopoldo, tendo emancipado politicamente em 1953.

A cidade de Ribeirão das Neves, distante da capital mineira 32 quilômetros, começa a ser povoada a partir do ano de 1927 quando as fazendas de particulares foram adquiridas pelo estado com a finalidade de se construir uma penitenciária agrícola.(IBGE). De fato a construção de um modelo inovador de presídio foi concretizada e o então presidente da República Getúlio Vargas, em 1938, inaugura a penitenciária agrícola – PAN - marco referencial para que dá início ao povoamento local. Nos arredores da cadeia foram surgindo os bairros, marcados, sobretudo por uma população de migrantes do interior mineiro em busca de melhores condições de sobrevivência.

Uma cidade sem grandes atrativos turísticos, marcada pela pobreza, apresenta uma renda média per capita familiar de 2 salários mínimos e um percentual de aproximadamente 9,4% da população ocupada, um IDH em torno de 0,684 (IBGE, 2016), tem na religiosidade forte traço cultural. Como pontos de referência patrimonial são indicados as tradicionais “Igreja Matriz” em “Neves”; “Igreja Matriz” em “Justinópolis; a Igrejinha da Colina, embora seja a mais antiga construção religiosa da cidade, passa invisível à maioria dos moradores. A igreja ‘Sant’ana de Areias” e a Igrejinha do Vale das Acácias; não podendo ainda ficar esquecida a tradicional Igreja Nossa Sra do Rosário com sua festa de congado, localizada no

bairro Labanca, em Justinópolis. Importante ressaltar que as igrejas são reconhecidas como marco referencial específico dentro da fé e tradição local de suas respectivas comunidades. Entretanto não há um conhecimento mais amplo e aprimorado por parte dos moradores, quanto a importância, a fundação e valor desses bens para a comunidade como um todo

Em seu artigo intitulado “A preservação da Memória Enquanto Instrumento de Cidadania,” Santos afirma que: “o simples ato de preservar, isolado, descontextualizado, sem objetivo de uso, significa um ato de indiferença, um "peso morto", (SANTOS,1994 p.67). Na análise feita por ela, ainda fica evidente que o ato de preservar o patrimônio precisa transcender o aspecto político, provocando transformações que venham integrar o sujeito e o bem. É importante que se faça a aproximação escola-patrimônio pois o reconhecimento e a integração, feito quanto mais cedo, melhor será a aceitação.

A proposta pedagógica de se trabalhar educação patrimonial, a relação de bens culturais, os conceitos relacionados à cultura local e conhecimento do patrimônio local, em muitas comunidades, sobretudo em municípios com problemas referentes à aceitação, parece não estar sendo trabalhado de maneira satisfatória. A junção dos poderes públicos com a sociedade local promoverá um ganho cultural imenso para toda a comunidade.

Ao se fazer uma arguição simples quanto aos bens culturais regionais pertencentes à comunidade do entorno ao qual está situada a Escola Estadual Maria Pereira de Araújo, localizada no município de Ribeirão das Neves, os alunos foram categóricos: “aqui não temos nada”. A resposta é típica de uma sociedade caracterizada como pós moderna e que tende a tornar sem vínculo de pertencimento o lugar onde habita. Sendo assim, é comum as pessoas comprarem seus imóveis, construírem suas casas, (neste caso criam vínculos mas não se sentem pertencendo ao local) continuam referindo-se frequentemente a ideia de se mudarem para algum bairro da capital ou, quando procuram algum serviço público, deslocam-se para a capital. No imaginário dessas pessoas, elas não pertencem, não tem vínculo onde moram, os espaços são vistos com negatividade. Parece haver então o que Alves entende como valorização do presente em sociedades pós modernas com fortes vínculos ao presente e ao mesmo tempo, sem nada que a faça se apropriar desses espaços como lugares de memória. Seria uma cultura da negação ao lugar. Não conseguem pertencer ao território uma razão qualquer. O que seria interessante, entretanto é a apropriação do espaço de forma lúdica

porque ali houve a construção de memórias. (ALVES, 2017, p. 2) Desta forma, é papel da escola criar mecanismos no sentido de promover uma mudança de postura e apresentar outra face se não do município, pelo menos da comunidade e área próximas em que convivem e residem, quebrando a ideia da negatividade e do pessimismo uma vez que ali convivem.

No Brasil a preocupação em reconhecer, tombar e preservar os bens culturais vem ocorrendo a partir da publicação do decreto-lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937, e esta necessidade surge juntamente com as transformações sociais, políticas e econômicas, que vai ganhando corpo e embasamento legal com criação de órgãos como a SPHAN, que posteriormente daria origem ao IPHAN, órgãos esses responsáveis por uma legislação pertinente na preservação do patrimônio cultural brasileiro. E aí encontra respaldo a discussão feita na obra “Patrimônio em Processo”. O reconhecimento que se faz a partir da indicação da intelectualidade, seguindo um caminho quase que obrigatoriamente no sentido de reconhecer como bem cultural aquilo que se refere à elite branca. (FONSECA, 2005). Mas o patrimônio está constantemente em processo, daí a necessidade de novos olhares, do reconhecimento de outros valores e padrões culturais. Complementado tal raciocínio, “Por uma História da Noção de Patrimônio Cultural no Brasil”, indica a trajetória da legislação e os conceitos básicos pertinentes ao campo de estudo dos bens culturais no Brasil, (CHUVA, 2012).

Apresentar à sociedade as diversas faces que compõe a cultura local. Os movimentos culturais, os sabores, o artesanato, conjunto arquitetônico, enfim. Por mais que não tenha muito, o que se tem precisa ter seu valor reconhecido e preservado.

A construção do conhecimento significativo junto aos alunos consiste numa proposta de educação patrimonial que se insere na necessidade de reconhecer o espaço onde se vive e assim, apropriar-se dele. Diversos podem ser os espaços de aprendizagem e, a educação patrimonial deve ser tratada como fator relevante para o sujeito promover sua inserção social e cultural. (IPHAN). A sala de aula poderá ser trocada pela rua e pela praça que são bem mais que espaço de circulação das pessoas; são espaços das histórias e onde se encontram memórias. A importância de tais espaços encontra respaldo na explicação de Alves:

Acreditamos, desta maneira, que nossa identidade é constituída de todas as nossas experiências de vida e estão, necessariamente ligadas aos ambientes em que as vivemos. Lugares que evocam, de alguma maneira, partes destas memórias compartilhadas, lugares com identidade própria, conferida pelos habitantes ou

usuários destes ambientes e a forma como estes se interrelacionam. (ALVES, 2017, p. 6).

Deste modo a discussão proposta baseia-se na ideia de que patrimônio cultural, educação patrimonial e construção da cidadania devem ocorrer o quanto antes possível e abranger os distintos espaços de construção e pertencimento voltados para a preservação de memórias locais. Se não há conhecimento dos espaços, não há pertencimento.

Importante compreender que educação patrimonial consiste em ações voltadas para a aceitação, o reconhecimento e valorização de um bem. Neste sentido o conceito trabalhado No Guia Básico de orientação patrimonial é bastante esclarecedor:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura , em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Guia Básico de Educação Patrimonial).

Porque trabalhar educação em patrimônio? Quem deve se envolver no processo de indicação e reconhecimento dos bens culturais? A educação em patrimônio consiste em ações educativas formais ou não formais, tendo como foco o patrimônio cultural e a relação que a sociedade estabelece com o mesmo. (IPHAN). De um modo geral toda a sociedade tem compromisso com o patrimônio que foi construído em um determinado lugar, porém alguns profissionais são mais indicados para atuar na questão. É o caso do historiador e do arquiteto por exemplo. É interessante perceber que nos últimos anos até mesmo as faculdades estão se envolvendo e comprometendo com os novos rumos da carreira do historiador, as instituições acadêmicas estão cada vez mais empenhadas na formação e capacitação de tal profissional para atuar de forma abrangente e consciente junto a sociedade. Entretanto quando o assunto é tombamento dos bens culturais, sobretudo ao se tratar de edificações, o papel do arquiteto parece ser mais importante ou pelo menos este profissional tem reconhecimento e, sem o seu trabalho, os seus levantamentos e laudos, não haverá reconhecimento dos bens culturais. Desde o início da trajetória dos estudos e reconhecimento dos bens culturais que o arquiteto se



faz presente. O que chama atenção é que no caso deste, há uma instituição profissional que é o CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, sobretudo no estado de São Paulo, atrelando uma legislação e pareceres internos à legislação nacional e internacional para que se faça todo o processo de reconhecimento do bem cultural. Enquanto isso, nada é estabelecido quanto à atuação do historiador

Uma das propostas de intervenção refere-se ao reconhecimento local. A partir de uma aula sobre a importância do patrimônio municipal e da história local, grupos de alunos são motivados a investigar o que de fato há no município como referência patrimonial e, a partir daí escrever uma notícia sobre as condições e estado de conservação do referido patrimônio. Esta experiência que vem sendo desenvolvida em parceria entre os professores de história e português, em turmas de primeiro ano do ensino médio Escola Estadual Maria Pereira de Araújo, tem apresentado resultados satisfatórios. Os alunos procuram informações, são instigados a visitar locais e fazem descobertas na própria comunidade. E o mais importante a resposta da pergunta inicial “você conhece Neves?” revela resultados surpreendentes. Grupos de alunos demonstram curiosidade em conhecer o bem patrimonial que foi relatado pelos colegas. Afirmam não terem conhecimento de que tão perto havia tal referência da cultura local ou que nunca havia parado para observar aquele espaço sob uma ótica “mais histórica”. Por serem adolescentes, esta modalidade de trabalho pedagógico também força educando a entrar em contato com grupos sociais de mais idade, abre uma janela para o diálogo até mesmo entre os familiares.

O desenvolvimento desta investigação patrimonial e elaboração do trabalho interdisciplinar entre história e português promoveu uma dinâmica diferente na classe. Os alunos começaram a questionar a idade de um monumento para que ele seja considerado cultural, a função do bem junto à sociedade e sua relação econômica para o bairro e o entorno da escola. O que pode ou não ser considerado patrimônio.

A outra proposta pensada a partir da aula inicial acima referida é o desenvolvimento de um projeto junto aos alunos, de visita e reconhecimento do estado de conservação, cuidado, bem como valor do bem para a comunidade, para que eles conheçam o município e reconheçam sua importância, numa tentativa de assim, criar vínculos de pertencimento e referências regionais, neste caso, devem explorar o máximo de espaços dentro do município,

sendo eles próximos ou mais distantes, públicos ou privados, religiosos ou não; cultura material e imaterial, bens naturais e culturais. Neste caso o leque deve se abrir para que se faça um aprofundamento dos conceitos de bens patrimoniais em seus sentidos mais amplos. O desenvolvimento de um projeto que visa conhecer outros pontos que já são reconhecidos pela Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Ribeirão das Neves como patrimônio cultural, pode ser de grande importância para fortalecer os laços de pertencimento e desmitificar preconceitos relativos ao município que é taxado pelos cidadãos como um local de pouca ou nenhuma importância, não apresentando nada do que se possa efetivamente se orgulhar.

Após o conhecimento e reconhecimento de distintos pontos e valores culturais do município, espera-se uma mudança de postura comportamental. Deste modo fica evidente que preservar para manter paredes, manter espaços, sem que se promova uma destinação social para o mesmo, não é preservar história tão pouco construir memórias. A construção e ocupação do espaço pelos cidadãos precisa transcender a ideia da cidade dormitório, do não gosto daqui, mas foi o que sobrou. Sentimento de pertencimento se constrói a partir da valorização das histórias vividas no espaço escolhido por nós.

Em se tratando de material didático disponível e que podem auxiliar no trabalho junto aos alunos encontramos muito pouca coisa: apenas uma cartilha e um portfólio desenvolvidos pela secretaria municipal de cultura, pequenos vídeos disponibilizados na *internet* e como há proposta dentro do projeto “Mais Educação” do governo federal, o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional disponibiliza uma cartilha apresentado conceitos bastante expressivos para se trabalhar patrimônio cultural.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário o desenvolvimento de atividades pedagógicas que promovam o conhecimento e reconhecimento dos distintos espaços indicados como patrimônio cultural. Quanto mais envolvidos com o espaço geográfico que residem, maior será a sensação de pertencimento. Podendo neste caso a escola desenvolver junto aos alunos a conscientização do que seja patrimônio, da necessidade de se preservar e cuidar daquilo que está envolvendo não apenas a memória individual, mas no conjunto de um bairro, uma praça, por onde passam as pessoas que trabalham, que constroem suas casas e transformam a paisagem, existem distintas memórias, as denominadas memórias coletivas. E pensando o espaço público enquanto espaço de todos, dando a ele o sentido, criando vínculos e promovendo a preservação, o aluno aprende que cidadania é também apropriar-se de espaços que fazem parte do seu cotidiano. Entender o exercício da cidadania na valorização da rua, da praça, da manifestação cultural, da festa religiosa tradicional é inserir os adolescentes e jovens no contexto da participação política consciente e do respeito mútuo.

Mediante dificuldade para se encontrar material didático em relevância quantitativa ou até mesmo adequado dependendo da série ou ano que se vai trabalhar, o desafio do professor ou do grupo de professores que se propuser a trabalhar as questões referentes ao reconhecimento e preservação patrimonial, os desafios iniciais a serem superados são referente à confecção de material adequado para o trabalho junto ao público alvo. Porém ao levar em consideração que todos os espaços podem ser compreendidos como educativos, o material também poderá ser transformado em algo mais prático e eficaz. Uma imagem registrada quando o aluno trafega pelo bairro, uma visita pedagógica orientada, a fotografia registrando a festa da padroeira, entre outros.

O desconhecimento sobre o que pode ser indicado e reconhecido como patrimônio, do valor patrimonial, das informações históricas causa sensação de repulsa. Quanto menos se conhece a história de um lugar, maior será a repulsa e rejeição. Desta forma, faz-se necessário o desenvolvimento de atividades pedagógicas junto ao educando, e se a comunidade local pretende formar vínculos e laços de pertencimento, primeiramente seu inventário patrimonial

deve ser apresentado aos cidadãos. Outro fator importante neste sentido será a preservação do patrimônio. Aquilo que não se tem conhecimento, não se protege.

A partir da observação dos distintos espaços e uma pergunta simples: você conhece o município onde mora? Será possível estabelecer diálogos com as diferentes áreas do conhecimento, um amplo debate em relação a ações propostas pelos nossos representantes, sobre o nosso papel diante da comunidade e como agimos para valorizar o que temos. Porque toda sociedade tem algo do que contar, do que se apropriar enquanto história.

A construção da história de um lugar demanda das memórias individuais e coletivas. Em análise do pensamento de Halbwachs (apud CARVALHAL, 2006,) é evidente que as idéias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo.. Frente a tal afirmação, observa-se a necessidade da apropriação das memórias, um resgate das histórias numa perspectiva de fortalecimento de tal grupo social com o propósito de estabelecer tanto um resgate de cidadania e pertencimento como o desejo de proteger um patrimônio construído junto ao desenvolvimento histórico local.

A Cartilha lançada pelo IEPHA é bastante sugestiva para orientar ações em relação a educação patrimonial envolvendo atividades coletivas, ela faz o seguinte esclarecimento em relação a temática patrimônio cultural: “Aquilo que é presente no cotidiano e faz parte do modo de vida da comunidade local como, por exemplo, o modo de preparo de alguma comida, de cultivo da terra, como se vestem, como comercializam produtos etc.”(IEPHA,2016). As atividades pedagógicas iniciarão com uma simples pergunta aos alunos e professores da Escola Estadual Maria Pereira de Araújo: Você conhece Ribeirão das Neves? O quê você indicaria como bem cultural ou referência cultural no município? Motivada pela resposta o trabalho deverá seguir seu percurso que consiste em investigação e registro fotográfico, elaboração de relatos escritos e finalmente uma culminância na escola.

Esta metodologia parece pertinente por fazer parte da cartilha IEPHA referindo se da seguinte maneira aos trabalhos de registros e educação patrimonial: “meio dos registros, preferencialmente realizados em diversas linguagens, como fotos, vídeos, áudios, textos etc.” (IEPHA,2016).

Pretende-se então realizar junto a um grupo de alunos do ensino médio, que deverão participar mediante sorteio, desde que devidamente autorizado pelos pais e responsáveis, o

mapeamento mediante visitas aos diferentes pontos que podem ser considerados culturais, patrimoniais. Os alunos deverão promover o registro através de vídeo e fotografia, relatos e narração da experiência. Após a coleta de tais informações, o grupo escolhido se reunirá na escola, para discutir a melhor forma de organizar o material e repassar as informações aos seus colegas de classe. A pretensão é de despertar o interesse dos alunos para que eles se tornem multiplicadores junto aos seus grupos sociais e familiares, no sentido de que, o município tem mais do que “cadeia”. Melhorar a autoestima deste grupo populacional pode ser a saída para o fortalecimento dos laços de cidadania. Novamente o Guia de educação patrimonial esclarece que é importante realização de ações que provoquem o aluno para que este sintam-se motivado a desenvolver novas habilidades e que o levem a sentir-se desafiado em resolver questões que inquietam tanto o indivíduo como a sociedade:

O processo educativo, em qualquer área de ensino/aprendizagem tem como objetivo levar os alunos a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e habilidades, assim como para o uso desses conceitos e habilidades na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional. A aquisição é reforçada pelo uso dos conceitos e habilidades, e o uso leva à aquisição de novas habilidades e conceitos.

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. (Guia Básico de Educação Patrimonial)

O que deve ser avaliado como resultado esperado não é uma aceitação do lugar como o melhor, para todos os alunos participantes, já na primeira tentativa. Mesmo porque trata-se de um município com vários problemas, como qualquer outro município brasileiro, mas que tem uma população acolhedora e suas ruas, praças, igrejas, e distintos espaços pertencem a todos e precisam ser ocupados pela população. Que há locais bem interessantes necessitados de cuidados e acolhimento por parte da população porque ali, está a história do município. A história do povo que constrói diariamente Ribeirão das Neves. Há grande possibilidade de que o público participante consiga apresentar algum interesse pela região e assim, buscar solução para questões significativas tanto de cunho pessoal como de ordem coletiva, conforme estabelece no Guia Básico de Educação Patrimonial e constitui fator de relevância para a educação como um todo.

As atividades podem ser desenvolvidas, orientadas e avaliadas inclusive com a colaboração de outros professores de áreas com arte, língua portuguesa, geografia, uma vez que o ensino do patrimônio cultural consiste em atividade interdisciplinar e que vem agregar

conhecimentos nas distintas áreas do conhecimento. A recomendação do IPHAN é: “É preciso considerar o Patrimônio Cultural como tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, ato essencial ao processo educativo para potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos.” (IPHAN,). Diante de tal orientação a educação com a utilização e valorização do patrimônio local, sendo ele material ou imaterial, pode envolver os profissionais de várias disciplinas, até mesmo como forma de promover no aluno conhecimento mais significativos e prazerosos.

As ações afirmativas desenvolvidas tanto no âmbito escolar quanto fora dele, envolvendo os alunos atingem a comunidade como um todo e desta forma, um novo olhar pode ser desenvolvido sobre o local e sua história. Aquilo que não era motivo de orgulho passa a ser razão para o conhecimento e preservação.

## 6. REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Claudia Nunes. **Identidade do Lugar e Memória**: o papel do afeto na preservação e uso de espaços públicos. FÓRUM HABITAR. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/327317884\\_Identidade\\_do\\_lugar\\_e\\_memoria\\_o\\_papel\\_do\\_afeto\\_na\\_preservacao\\_e\\_uso\\_de\\_espacos\\_publicos](https://www.researchgate.net/publication/327317884_Identidade_do_lugar_e_memoria_o_papel_do_afeto_na_preservacao_e_uso_de_espacos_publicos). Acesso 30/05/2019

BRITO, Ana Paula F. de (Org.). Educação patrimonial: primeiras ideias. In: TOLENTINO, Átila B.; BRITO, Ana Paula Ferreira de; BRAGA, Emanuel O.; AIRES, J. M. N.; ALBUQUERQUE, H. M.; MARTINS, J. A.; ROCHA, F. A.; SILVA, M. O. E. (Org.). **Educação Patrimonial**: Orientações ao Professor (Caderno Temático, 1). João Pessoa: Premier, 2011, v. 1000,

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 1ª. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2005, p.7-13

CARVALHAL, Juliana Pinto. **Maurice Halbwachs e a questão da Memória**. Revista Espaço Acadêmico, Janeiro 2006. Disponível: <https://memoriadodae.wordpress.com/2009/10/01/artigo-de-maurice-halbwachs-sobre-memoria-e-memoria-coletiva/> Acesso 26 Maio 2019.

CAU/SP GT Patrimônio Histórico: Orientações para serviços profissionais, 2015-2017.

CHUVA, Márcia. Por uma História da Noção de Patrimônio Cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** – Brasília, nº 34, 2012 p. 146-165. Disponível [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat34_m.pdf), acesso 29 Março 2019

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**. Editora UFRF – IPHAN.

GONÇALVES, Regina Celia. TELES, Letícia Helen Silva. Pare, olhe, escute, aqui tem gente! - educação patrimonial e ensino de história local no Porto do Capim – João Pessoa/PB. **IPHAN Caderno Temático 06 Educação Patrimonial práticas e diálogos. interdisciplinares**. 2017, p. 54-69, Disponível: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf), acesso 04 Jun 2019

GRUNBERG, Evelina. HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. MONTEIRO, Adriane Queiroz. **GUIA BÁSICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf), acesso 24 maio 2019

IEPHA, **Educação para o Patrimônio Cultural**. Disponível: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/EDITAIS/Material---Educao-para-o-Patrimnio.pdf>. Acesso 25/05/2019.

IPHAN. **Manual de Aplicação** – Programa Mais Educação. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat\\_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducacao_m.pdf), Acesso 30 Março 2019.

Ribeirão das Neves circuito verde da trilha dos bandeirantes. In: **PMRIBNEVES**, 2010. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hdzQRWDNgkc>.

BRASIL, IBGE.Ribeirão das Neves. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/ribeirao-das-neves.html>. Acesso 05 Jun 2019

BRASIL, IBGE.Ribeirão das Neves. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ribeirao-das-neves/historico>. Acesso 04 Jun 2019

SÁ, Teresa. **Lugares e não lugares em Marc Augé**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n2/v26n2a12.pdf>, acesso 27 Maio 2019.

SANTOS, Maria Célia Teixeira M. A Preservação da Memória Enquanto Instrumento de Cidadania. **Cadernos de Museologia** nº 3. 1994. p 67-78. Disponível em <https://docplayer.com.br/11292594-A-preservacao-da-memoria-enquanto-instrumento-de-cidadania-maria-celia-teixeira-m-santos.html>. Acesso 30 Março 2019

SOUZA, Maria Giane de. A cidade sob um olhar – educação patrimonial e o ensino superior: experiências para o debate. **IPHAN Caderno Temático 06 Educação Patrimonial práticas e diálogos interdisciplinares**. 2017, p. 13-27, Disponível: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf), acesso 04 Jun 2019

POSSAMAI, Zita Rosane. O ofício da História e novos espaços de atuação profissional. **Revista do Programa de Pós Graduação em História**. Porto Alegre, v.15, n.28, p. 201-218, dez. 2008. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7968> acesso 16 Jun 2018.